

"DO QUE É TEATRO A BAHIA": DISPUTAS POR CARGOS E JURISDIÇÃO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO. VILA DE MACAÚBAS (1878-1880)

DAIANA SILVA BARBOSA*

Dentre os caminhos que a política poderia assumir no Império do Brasil destacamos sua expressão na localidade. A realidade local é um observatório capaz de apontar elementos políticos importantes sobre o Brasil oitocentista. Para a província da Bahia ainda são poucos os estudos que direcionam um olhar mais atento as localidades e a sua política no século XIX.

Interrogamos, portanto, sobre o processo político na vila de Macaúbas, província da Bahia, entre os anos de 1878 e 1880, após a nomeação do Gabinete Liberal, em 5 de janeiro de 1878. Tal nomeação respondeu as reivindicações pela reforma eleitoral, tinha como tarefa inserir a eleição direta no processo eleitoral brasileiro. Era costumeiro e politicamente aceita a prática das demissões e novas nomeações pelo novo gabinete assim que assumisse, ocorria, então, uma renovação em boa parte do quadro administrativo e jurídico do Império.

Em algumas províncias, a mudança política governamental, além de alterar os quadros da administração, era ingrediente para disputas entre grupos locais. As lutas eram acirradas, muitas vezes, por velhas rivalidades locais. As configurações dos conflitos poderiam contar, ainda, com outro elemento, o componente partidário. Muitos dos envolvidos reclamavam-se partícipes das composições dos dois principais partidos imperiais: o Conservador e o Liberal.

O quadro de disputas e violências de Macaúbas e outras vilas da província da Bahia ganharam repercussão no país. Para o governo central e provincial, fazia-se urgente saná-las, daí os esforços para liquidar os focos de disputas fizeram com que chefes de polícia, praças e outros agentes fossem deslocados para as localidades, com o objetivo de tranquilizá-las.

No processo de disputas e mesmo com a chegada dos agentes provinciais, manifestava-se uma ambiguidade, ao mesmo tempo em que muitos dos que disputavam cargos eram agentes da lei — juízes, delegados, chefes de polícia, etc.—, eram também os responsáveis por manter a ordem e garantir a tranquilidade. Nessa ambiguidade repousa outra que diz respeito à maneira como esses agentes lidavam com a violência. Por um lado, eram os responsáveis por combatê-la, utilizando os instrumentos que compõem o aparelho de Estado,

* Mestranda em História - Universidade Federal da Bahia. Bolsista CAPES, orientação Prof. Dra. Lina Maria Brandão de Aras. E-mail: daianabarbosa02@gmail.com.

uma prática institucionalizada, portanto; por outro lado, utilizava-se de ações violentas para fins de ordem particular.

Buscamos apreender os elementos que apontam para a configuração da política local no que diz respeito às inserções partidárias e, principalmente, a maneira como ali, após os conflitos, se processou as práticas dos agentes, principalmente no que concernem aos aspectos jurídicos.

Partidos e localidade: algumas considerações

Às 18h00min do dia 23 de março de 1878, um sábado, na Vila de Macaúbas, província da Bahia, era dia de feira, na frente das casas moradores conversavam e realizavam suas atividades de costume, quando se ouve grande alvoroço vindo da localidade do Brejo. Entre cem e duzentos homens armados com clavinotes, descalços e em grande algazarra vinham guiados pelo delegado demitido, capitão Porfírio José Brandão, chefe conservador local.

Na praça situavam-se as residências dos líderes liberais que eram também autoridades administrativas. Iniciou-se uma seção de disparos de ambos os lados, ferimentos, perseguições e mortes marcaram o cenário. Por terra caiu ferido o único médico daquelas paragens, José Bernardino de Souza Leão, líder do grupo liberal; o filho de Porfírio Brandão, que faleceu no dia seguinte; também faleceram alguns praças e moradores que ali estavam totalizando sete mortes e grande número de feridos.

Na noite e no dia seguinte, prosseguem as ações do grupo de Brandão, como invasão da cadeia e soltura de presos indiciados e a tentativa de invasão da casa do Juiz Municipal Ernesto Botelho de Andrade (CRL, 1878: 20). Esse embate foi o estopim de um quadro de rivalidades e lutas locais. Os envolvidos eram pertencentes a uma elite do termo, que ocupava cargos e disputavam posições de mando. A chegada de notícias sobre o Gabinete de 5 de janeiro desencadeou frequentes tensões entre os grupos, as nomeações liberais inaugurariam um cenário instável na localidade.

Quando indicamos elementos que estavam presentes nesses eventos como a posição partidária dos sujeitos e suas inserções na estrutura judicial e administrativa do Império, fica evidente como essas lutas estavam inseridas em uma política mais ampla. A posição política e a ocupação administrativa, portanto, assumiam, nesse caso, certa conexão. Comecemos pelos

partidos imperiais e as configurações que estes poderiam assumir quando mobilizados localmente.

Encaminhar uma discussão sobre o tema dos partidos no século XIX aponta-nos vários caminhos. Na historiografia há teses que vão desde a consideração da inexistência de diferenças entre os partidos Conservador e Liberal e outras que consideram a existência de diferenças, mas que pontuam aspectos distintos para concebê-las. [1]

Politicamente, os partidos Conservador e Liberal, não obstante suas semelhanças, constituíam coalizões distintas. Essa distinção está situada em sua composição social e nos projetos políticos e administrativos que propunham para a nação. Mesmo no interior dos partidos era possível identificar clivagens, estas se mostravam, principalmente, em momentos de reformas (CARVALHO, 2007: 408).

Para discutir o tema consideramos alguns pontos: em primeiro lugar, à própria inserção político-social e composição dos dois principais partidos imperiais; em segundo lugar, a inexistência ou fluída existência de programas partidários, principalmente se analisamos os casos dos Partidos Conservador e Liberal. Em terceiro lugar, as configurações que os partidos adquiriam no plano local, onde os partidos eram compostos por sujeitos já inseridos na estrutura estatal ou que nela desejavam posições, geralmente proprietários, de famílias tradicionais.

Quando partimos do âmbito geral, a política no Parlamento e no Senado, para um âmbito mais circunscrito, a localidade, vemos como as ideias de ser conservador ou liberal adquiriam configurações distintas, relacionadas com as práticas política do âmbito local. É preciso, portanto, observar onde os termos estão sendo utilizados, por quem e com que motivações.

O uso indiscriminado do termo partido acarreta uma naturalização do conceito, isto é, a ideia de que sua existência foi sempre a mesma ao longo da história (COSER, 2015: 25). O termo tinha uma significação na segunda metade do século XIX, reside nisso a importância de apontar o seu significado a luz do contexto.

Na segunda metade do século XIX, distinguiam-se as lutas por poder político travado no governo central, daquelas travadas nas localidades. Visconde de Uruguai distinguia essas

[1] José Murilo de Carvalho faz um balanço das análises que versam sobre os partidos imperiais. Ver: CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem. A elite Política Imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, capítulo 8.

lutas nos termos dos interesses que as mobilizava. Para o estadista, as lutas travadas nas localidades tinham motivações relacionadas a busca de empregos públicos, enquanto as lutas no Parlamento e Senado relacionavam-se à princípios e ideias, nisso reside a distinção entre partido e facção (2015:25).

Os partidos seriam agrupamentos que se mobilizavam em torno de princípios, em campo oposto estavam as facções, grupos que se uniam em torno dos empregos, com recurso a violência, violando as leis, contaminando a política por interesses particulares (COSER, 2015: 34). Ou seja, no debate da época, os partidos como grupos organizados em torno de ideias e princípios, deveriam refletir os interesses da sociedade e mobilizar-se pelas questões nacionais, a partir do momento que a reivindicação ligava-se a interesses particulares deixava de ser partido e era relegada a facção ou cabala.

A distinção partido/facção relaciona-se a outra oposição esboçada por alguns políticos naquele século, a distinção entre litoral e sertão, ou o par que os acompanha no debate da época, civilização e barbárie. Os partidos como grupamentos dotados de interesses coletivos, princípios e ideais eram uma realidade da civilização, as facções eram elementos do sertão, movidas por empregos e com objetivo de perseguir o grupo adversário (COSER, 2005: 241). Esse tipo de acepção permaneceu na maneira como os partidos brasileiros do século XIX seriam analisados pelos estudos históricos e sociológicos. Na contramão da dualidade apresentada, analisamos a maneira como se reivindicava localmente o pertencimento a determinado partido e a que fins serviam tal inserção.

Ser partidário e possuir ou requerer cargos na estrutura estatal caminhavam juntos. Os cidadãos se dividiam politicamente menos por lealdades partidárias e considerações ideológicas, e mais por laços pessoais, interesses imediatos e particulares (GRAHAM, 1997: 198). É possível identificar essa configuração política na vila de Macaúbas onde os interesses imediatos no ano de 1878 falaram mais alto que o pertencimento a qualquer partido. Os liberais e conservadores dali, quando as novas nomeações chegaram, irromperam em embate violento, inflamado pelas rivalidades políticas já existentes.

Nesta vila havia dois grupos partidários, o liberal composto, em sua maioria por homens com formação superior e ligados por parentesco; e o conservador, com menor número de componentes e sem vínculos explícitos com políticos da província. O grupo liberal, por sua vez, possuía correligionários na capital provincial, para os quais chegavam várias

correspondências emitidas por membros do grupo, mesmo na capital imperial, as missivas dos liberais de Macaúbas serviram a imprensa para noticiar os conflitos da vila. As influências do grupo conservador estavam circunscritas a comarca de Urubu, onde habitavam e atuavam administrativamente e judicialmente correligionários seus.

A descrição da entrada do fazendeiro e chefe conservador local Porfírio José Brandão na vila, na tarde de 23 de março de 1878, aponta para a influência que homens como ele tinha na localidade sobre iguais e sobre homens pobres, acompanhava-o um grupo composto de cem a duzentos homens entre "amigos" e parentes (CRL, 1878: 20), certamente as ideias conservadoras não mobilizavam esses homens, tampouco, reconheciam-se como componentes do partido. Esses se associavam a um chefe local por outros motivos, seja por proteção, pelo uso da terra deste ou por um lugar social.

Os partidos possuíam apenas um tênue apelo sobre aquela realidade, mas eram capazes de mobilizar sujeitos detentores de posições administrativas localmente ou aqueles que desejavam uma posição na estrutura administrativa e jurídica do Estado.

Nas correspondências encaminhadas por autoridades pontualmente surgem elementos que remetem as posições partidárias dos envolvidos nas disputas. Remete-se aos chefes dos partidos, aponta-se o teor dos conflitos como partidários, e aparece frequentemente nas correspondências dos liberais a acusação à Pedro Carneiro da Silva, Juiz de direito da comarca, de ser chefe do Partido Conservador na mesma.

Pedro Carneiro da Silva não era um homem daquelas paragens, sua origem é incerta, sabemos que ali chegou nomeado para assumir a Comarca em 1876 e ficou até os anos 1880 (MAGALHAES, 2006). Fora acusado, pelos liberais e pela imprensa liberal, de parcialidade frente aos fatos que se sucederam na vila de Macaúbas. [2]

Ernesto Botelho de Andrade, Juiz Municipal de Macaúbas, à época dos embates, em contrapartida, deixava explícito seu posicionamento, mesmo que fosse comedido nas correspondências que emitia, em outros locais de fala fica evidente sua posição política, tinha boas relações com líderes liberais nos sertões, inclusive em Lençóis, para onde refugiou-se para proteger a vida, juntamente com outros componentes da parcialidade local (BN, A Reforma, 12 de abril de 1878).

[2] Pedro da Silva acumula o maior número de correspondências emitidas e as com maior densidade, entretanto, em nenhuma delas identifica sua posição política, sempre remetendo-se enquanto magistrado, certamente para preservar sua posição, uma vez que o envolvimento com a política local era fator contributivo para um juiz ser transferido de onde possuía jurisdição.

José Bernardino de Souza Leão era um médico, identificado como o chefe do Partido Liberal em Macaúbas, embora não conhecemos nenhuma escrita deste, pois foi gravemente ferido nas duas pernas durante o tiroteio do dia 23, sua posição política é descrita por liberais e por conservadores locais como a de um liberal, inclusive como alguém que pretendia posições políticas na Assembleia Provincial (FIGUEIREDO, 2013).

Os demais sujeitos caracterizados como liberais também não aparecem se expondo enquanto partidários. Não obstante, algo é perceptível nas correspondências e em outros documentos: a facção liberal de Macaúbas aparece como um grupo relativamente coeso, sua composição demonstra certa equiparação social, José Bernardino era médico e delegado suplente, Ernesto Botelho, bacharel em Direito e Juiz Municipal, os componentes da família Seixas eram comerciantes. A maioria deles ocupavam cargos administrativos ou jurídicos na vila.

O elemento que aproxima o grupo liberal e o grupo conservador reside na inserção dos sujeitos na estrutura administrativa e jurídica local ou na luta destes por posições nesta. Essa configuração aponta-nos duas questões: seria a inserção partidária um elemento necessário para ocupar estas posições? Ou uma vez ocupada, ser partidário era garantia de manutenção da posição? Podemos considerar as duas questões como complementares. Ser partidário garantia posições na burocracia estatal assim que o grupo correligionário, seja liberal, seja conservador, assumisse o comando ministerial. Uma vez inserido na burocracia, estabelecer e manter relações políticas com os partidos era prerrogativa para conservar-se nela.

Controle de cargos e jurisdição no sertão do São Francisco

A análise do processo político em Macaúbas aponta para a participação de elites políticas situados no governo local, provincial e central, mas também para a inserção de homens que não eram dessa elite, mas que a ela serviam. Podemos separá-los, para melhor distinção, em duas categorias, a saber: homens ricos ou proprietários pertencentes a uma elite política e econômica local ou provincial, detentora de posições administrativas na estrutura estatal ou que galgavam posições nesta e; homens livres pobres, dependentes ou associados via ocupação aos primeiros, aos quais serviam tanto na política pacífica, como nos momentos

de tensão local.[3] As lutas em Macaúbas foram praticadas por facções partidárias com o recrutamento de homens livres, que aparecem na documentação adjetivados como capangas ou jagunços.

Para a elite política local, como vimos, a ocupação dos cargos garantia as posições de mando. Nesse sentido as nomeações assumiram um papel central na política no Império, esse tipo de prática política é revelador da maneira como o Estado se fundou e garantiu um acordo sólido e duradouro com as elites locais.

O Estado Imperial brasileiro constitui-se sob relações estabelecidas desde o núcleo do governo central chegando ao núcleo jurídico-administrativo local. O temor quanto à desordem, as alterações bruscas e radicais na estrutura social e política levaram as elites, a estabelecer um pacto com o governo central e suas instituições. Abstratamente, os termos deste acordo incluíam a manutenção da estrutura social — a escravidão como central — e o controle dos cargos na burocracia tanto em nível central, como em nível local (GRAHAM, 1997: 67).

A criação de novas instituições garantiu uma fatia na estrutura do Estado para as elites provinciais e locais. A Guarda Nacional, reformada em 1850 — quando passou a ser controlada pelo governo — era um dos "lugares" institucionais de inserção dos ricos. Os postos de oficiais da Guarda tornaram-se "moeda política", os proprietários os cobiçavam como símbolo de status social, de garantia do poder local e resultados nas eleições. Deixou de ter a função pela qual foi criada, de "guardiã da ordem", para servir, dentre outras coisas, como instrumento eleitoral (CARVALHO, 2012: 102).

Cargos moviam as estreitas relações, desde o proprietário de terras e chefes locais de Macaúbas e outros lugarejos do Brasil, até o Gabinete do Primeiro Ministro no Rio de janeiro, e claro, o Imperador também transitava em meio a essas relações. O mais poderoso dentre os que detinham o poder, o Imperador nomeava, destituía e mudava o gabinete quando entendesse necessário utilizando seu poder previsto em constituição (GRAHAM, 1997). A nomeação de 1878 reflete essa configuração. Era a vez dos liberais, após, aproximadamente, dez anos de gabinete conservador. Voltavam ao comando, e se depariam com uma série de conflitos e violências em várias províncias e vilas do Brasil.

[3]Uma análise sobre esse tipo de relações no Sertão do São Francisco encontra-se no trabalho de Rafael Sancho Carvalho Silva. Ver: SILVA. Rafael Sancho C. *"E de mato faria fogo": O banditismo no sertão do São Francisco, 1848 -1884*. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de mestrado).

Os conflitos nos sertões da Bahia ocasionaram mortes e um quadro de desestruturação da vida nas localidades. [4] Na vila de Macaúbas, as violências tomaram uma forma tal que fez com que muitas famílias dali migrassem inclusive autoridades locais que estiveram envolvidos nas lutas armadas, como membros da família Seixas que ocupavam cargos no termo e o Juiz Municipal Ernesto Botelho de Andrade. As disputas armadas giravam em torno de cargos, o que parecia estar em jogo para muitos daqueles homens era seu lugar na estrutura jurídico-administrativa de um Estado hierarquizado, onde ter cargos significava ter prestigio e poder local.

Os juízes, delegados, oficiais, chefes de polícia eram agentes do Estado nos sertões e em toda parte, cabia a eles manter a ordem e estabelecer "o império da lei". Esses homens estavam inseridos em redes de relações que lhes garantiam nomeações próprias ou para amigos. Os delegados, por exemplo, não recebiam salários para exercer suas funções, geralmente eram homens "abastados", o capitão Porfírio José Brandão, por exemplo, era um fazendeiro, ocupava os postos de delegado e juiz de paz.

Esses homens utilizavam-se dos cargos e das prerrogativas que lhes eram conferidas, muitas vezes, para benefício próprio. Os juízes de direito e municipais eram bacharéis, homens geralmente de posses, que estavam inseridos na hierarquia jurídica imperial, galgavam melhores posições, buscando, talvez, até uma cadeira no congresso (GRAHAM, 1997). Representavam, como aponta José Murilo de Carvalho (2007), "matizes da ordem" e tiveram um papel crucial no fortalecimento do Estado no século XIX.

A correspondência de Pedro Carneiro da Silva, Juiz de Direito da Comarca de Urubu, expõe o cenário de tensões e incertezas postas naquelas paragens. Não havia certeza de que agentes da lei ali faziam mostra da justiça, nas suas palavras o termo encontrava-se "acéfalo". O juiz de direito tinha uma licença para tratar de questões de saúde, deixa evidente que tomaria as providências relacionadas a averiguação e instauração de processos assim que os ânimos ali se acalmassem, mas ficaria na dependência de seu estado de saúde (APEB, 23 de maio de 1878, Maço 2624).

Como veremos adiante, Pedro Carneiro da Silva entrou em licença sem comparecer a Macaúbas, a partir de tal atitude desencadeia-se um conflito de jurisdição, através da escrita e

[4] Esses episódios foram amplamente divulgados nos jornais da Bahia, como Correio da Bahia, Gazeta da Bahia e O Monitor.

emissão de ofícios entre os demais juízes, a principal questão dizia respeito a quem assumiria os cargos decorrentes da ausência do juiz titular da comarca.

Quando Inocêncio Maria de Almeida, Chefe de Polícia Interino, esteve em sindicância por Macaúbas, se desentendeu com Silva, principalmente em relação ao exercício de cargos e as atribuições de cada um. Almeida alertou o presidente da província, em relatório, sobre a conduta de Pedro Carneiro da Silva e estendeu sugestão em relação ao Juiz Municipal, Ernesto Botelho de Andrade. A orientação do chefe de polícia era de que nem o juiz de direito, nem Botelho continuassem no exercício dos cargos jurídicos, devido ao envolvimento com as parcialidades locais (CRL: Relatório de Inocêncio de Almeida, 1878: 4)

A recomendação feita pelo chefe de polícia não se encontra isolada na política de nomeações e destituições no Império. Juízes de Direito e Juízes Municipais tinham um tempo de atuação em determinada comarca, quatro anos, que poderia ser renovado, no entanto as mudanças de jurisdição eram constantes, estes agentes deveriam conservar-se estranhos as parcialidades locais, no mínimo sinal de envolvimento eram transferidos para outros locais (GRAHAM, 1997: 94-95). Isso demonstra a preocupação do Estado com a ordem e como era significativo o papel desses agentes para tal intento.

As tensões em Macaúbas não se restringiram ao dia 23 e 24 de março. As próprias autoridades atestavam o vazio de justiça naquelas paragens, observamos estes pontos no relato do Juiz de Direito Pedro Carneiro da Silva, e nas várias correspondências emitidas nas duas vilas.

Observamos dois tipos de tensões naqueles anos na Comarca, podemos defini-las nos termos de disputas com recurso a violência e disputas oficiais. A primeira diz respeito aos embates armados e perseguições entre os chefes locais desencadeadas pela luta por posições no aparelho de Estado; o segundo tipo, diz respeito a tensões por cargos e posições dentro da jurisdição, isto é, disputas no terreno oficial, entre aqueles que estavam inseridos na estrutura jurídico-administrativa local.

Os sujeitos se manifestavam através da emissão de correspondências as autoridades da província e troca de ofícios requerendo soluções para as indefinições jurisdicionais. As autoridades da província demoraram a chegar a Macaúbas, o delegado Luís Santos Castro chegou apenas no início de abril, Inocêncio de Almeida chegou em 30 de abril (CRL: Relatório, 25 de novembro de 1878), pouco mais de um mês após os ocorridos.

Inicialmente a incumbência de partir em sindicância à Macaúbas era do Chefe de Polícia titular, Antônio Carneiro da Rocha. Este se justificou com o Presidente da Província sobre a não efetivação da tarefa, conforme ele, enquanto deputado, não poderia se ausentar em períodos de atividade da Assembleia Provincial. O jornal baiano, *Correio da Bahia*, criticava a postura do presidente e do chefe de polícia, apontando o segundo como partidário, acusando-o de omitir-se diante das exigências da ordem social, travando, portanto, a marcha da administração. A leitura do jornal era a de que Carneiro da Rocha esquivou-se para estar presente na Assembleia e votar favoravelmente as matérias do partido liberal, além de estar favorecendo o grupo liberal de Macaúbas (BN: Correio da Bahia, 12 de abril de 1878).

Além das indefinições causadas pela ausência da autoridade policial e da demora para a chegada da força pública, as autoridades locais que estavam envolvidas nos embates, partiram para Lençóis em busca de segurança; também estava ausente na comarca Pedro Carneiro, juiz de direito, que entrou no gozo de licença, por isso foi veementemente acusado em correspondência ao Presidente da Província, em que consta um abaixo assinado com mais de quarenta assinaturas.

Segundo os reclamantes o juiz esquivou-se de suas obrigações, com a intenção de favorecer Porfírio Brandão. Segundo os mesmos, Brandão entrou na vila porque contava com o aval de Pedro Silva, de outra forma não procederia como procedeu; Pedro Silva, como um agente da lei, deveria dar exemplo de moralidade e justiça, esqueceu-se desse dever, elevando-se a chefe do partido, ferindo a justiça; não soube separar a amizade do dever de magistrado. A licença teria sido uma desculpa para esquivar-se do dever de averiguar os fatos. Segundo os reclamantes, a causa da justiça impunha ao magistrado dever de permanecer na Comarca, e principalmente na vila depois dos acontecimentos (APEB, 11 de julho de 1878. Maço 2624).

Os apelos do grupo liberal de Macaúbas, do chefe de polícia e da imprensa liberal não foram suficientes para que Pedro Silva fosse transferido, ficando naquela jurisdição até 1880, julgou o processo instaurado a respeito dos crimes de 1878, e absolveu todos os envolvidos, inclusive Capitão Porfírio Brandão.

Quando Pedro Carneiro entra em licença surge uma indefinição com relação a quem assumiria o cargo durante sua ausência. Na ausência do titular da comarca o Juiz Municipal

assumiria[5], portanto Ernesto Botelho, que logo entrou no exercício do cargo, deixando vago o de juiz municipal em Macaúbas, que foi logo assumido pelo primeiro suplente Antônio Lourenço de Seixas. Contudo, Ernesto Botelho e Antônio Lourenço formam pronunciados nos artigos 192 e 205 do Código Criminal do Império[6] pelos ocorridos de 23 e 24 de março, nessa condição, de acordo com a legislação, não poderiam assumir. Interpretando o impedimento, o segundo suplente do juiz de direito da comarca, Antônio José Lopes filho, entrou no exercício das funções do juizado; o mesmo fez o segundo suplente do Juiz Municipal de Macaúbas, Nicolau Tolentino Vaz, assumindo o exercício das funções no Juizado Municipal de Macaúbas (APEB, 19 de agosto de 1878, maço 2624).

Em oficio, Luís Santos Castro, delegado de Macaúbas, nomeado pelo presidente da província, solicita ao chefe de polícia interino Inocêncio de Almeida esclarecimentos em relação ao exercício do cargo de juiz de direito, pois naquele momento dois juízes reclamavam o cargo e estavam em exercício. Inocêncio Maria de Almeida resolve o impasse a favor de Ernesto Botelho, liberal de Macaúbas, afirmando ser deste o direito ao exercício do cargo. (APEB, 19 de agosto de 1878, maço 2624).

Quando retornou ao seu posto Pedro Carneiro da Silva escreveu ao Presidente da Província denunciando as evasivas contra sua jurisdição, perpetradas por Inocêncio de Almeida. Conforme Silva o chefe de polícia atuava em âmbitos que fugiam da sua competência, inclusive praticando "atos arbitrários e ilegais contra seu emprego". Questiona a possibilidade do estabelecimento da paz naquelas vilas, quando os decretos e ações das autoridades judiciárias não eram respeitados pelo delegado e pelo chefe de polícia interino da província. Experimentava-se o que o magistrado denomina como um "conflito de jurisdição", principalmente desencadeado pelas ações de Almeida. Seu entendimento é que o chefe de polícia não tinha competência para muitas das práticas feitas durante a sindicância, mas que,

[5] Art. 17, § 7º cabe ao Juiz Municipal "substituir na Comarca ao Juiz de Direito na sua falta ou impedimento. A substituição será feita pela ordem que designarem o Governo na Côrte, e os Presidentes nas Provincias." No Art. 18. Versa sobre a substituição do Juiz Municipal, "Quando os JuizesMunicipaes passarem a exercer as funcções de Juiz de Direito, ou tiverem algum legitimo impedimento, ou forem suspeitos, serão substituidos por Supplentes na fórma do artigo seguinte." Ver: Reformado o Código de Processo Criminal. Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm - Acesso em 13/07/2017

[6] *Art. 192*- Matar alguém com qualquer das circunstâncias no art. 16. ns. 2,7,10,11,12,13, 14 e 17. *Art.205* -Se o mal corpóreo resultante do ferimento ou da ofensa física produzir grave incomodo de saúde ou inabilitação de serviço por mais de um mês. Código Criminal do Império do Brasil. Recife: Typographya Universal, 1858. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221763> - Acesso em: 14 de julho de 2017.

munido da confiança da maior autoridade da província, estava a praticá-las (APEB, 26 de setembro de 1878, maço 2624).

De fato, a Comarca de Urubu vivenciava naqueles anos um conflito de jurisdição que desencadeava uma crise de jurisdição. Pedro Carneiro ao diagnosticá-la não se encontrava fora dela, estava emerso nesse processo. As consequências desse quadro apresentavam-se, principalmente, na eficiência da justiça. O tom geral das correspondências e ofícios repousa em um cenário de indefinições para o aparelho jurídico do Império, bem como dificuldades para a efetivação da justiça frente às violências e as disputas ávidas por cargos. Analisar tais aspectos traz à tona a maneira como no interior do aparelhamento jurídico do Império questões relacionadas a interesses particulares (re)definiram a atuação dos agentes e a interpretação da própria lei.

A violência era outro fator que atravancava a justiça naqueles anos. As violências direcionavam as autoridades a uma questão central do Império, a manutenção da ordem. Os sertões eram descritos não somente como homogêneo, mas também como configurado por relações que fugiam dos moldes da civilização, (MATTOS. 2004: 46). Esse tipo de percepção, do sertão enquanto lugar de barbárie e dificuldade de efetivar-se o poder do Estado, atravessa vários documentos oficiais, os motivos das queixas são diversos. Para o Conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas, em relatório de 1879, as principais causas eram a "insuficiência de força pública para policiar um território tão vasto, que já conta com grandes núcleos de população" e a violência organizada, através dos "assaltos dados por grupos mais ou menos numerosos e organizados de malfeitores" ameaçando a tranquilidade pública (CRL: Relatório, 1879: 2-3).

Pedro Carneiro da Silva em correspondência emitida para o Presidente da Província expõe um diagnóstico mais adverso em relação ao estado do Império, especialmente, na Comarca de Urubu, onde era Juiz de Direito. Dentre as questões apontadas como causa do quadro de intranquilidade figuram a falta de educação doméstica e religiosa e a falta de instrução; impotência da justiça, dificuldade do poder central longínquo se fazer presente, falta de ocupação e ociosidade, entre outros aspectos (APEB. Seção Provincial e Colonial. Maço 2341).

A correspondência do Juiz de Direito sobre o Sertão demonstra uma percepção, aquela já apontada, de um sertão enquanto lugar de barbárie em oposição ao litoral, lugar da

civilização e, no limite, demonstra, o olhar de um magistrado, que não é pertencente aquele local, mas que ali devia atuar, estabelecendo a ordem.

Muitos dos dilemas postos aos juízes estão expostos nas considerações do magistrado, mas também muitas concepções de um sujeito que cresceu, formou-se e vivenciou outra realidade dentro do mesmo Brasil. Homem letrado, considerava as condições de instrução na localidade um empecilho à civilização, empresta a educação e instrução a solução para os problemas advindos, segundo ele, da falta delas. Esse tipo de percepção da realidade social não é específico do agente, atravessa vários campos no século XIX, desde documentos oficiais, escritos teóricos e da imprensa.

As práticas de grupos armados nos sertões traziam medo às autoridades. As elites estavam interessadas na manutenção da unidade, a fim de garantir o controle do Estado e preservar seus privilégios. A população pobre constituía grande preocupação, com isso houve um processo de expansão da aplicação da legislação imperial e a disseminação da crença da necessidade de cumprimento da lei. Os agentes do Estado tinham o papel de levar as ideias civilizatórias de fazer cumprir as leis. Aqueles que estivessem fora do cumprimento destas, eram taxados de bárbaros, desordeiros, etc., (SILVA, 2011: 76-77).

A violência assume um papel fundamental para se compreender a dinâmica nessa sociedade regida pelas ideias de ordem e tranquilidade. Interessa-nos perceber que o uso da violência assumira um papel dúbio frente aos conflitos de Macaúbas. Como já mencionado, os embates ocorrerem entre sujeitos que possuíam cargos na estrutura do Império, entre eles juízes e delegados. Este ponto nos encaminha para a relação ambígua que os agentes assumem com a violência: por um lado a combatem, por outro utilizam a violência institucional enquanto um elemento de suas ações. Estes agentes possuem um poder institucionalizado característico do Estado, que diz respeito principalmente ao monopólio da força, seu uso "foi sempre o meio específico que as autoridades de governo tiveram à disposição para garantir a supremacia de seu poder" (LEVI, 1998: 554).

A violência era, por vezes, um recurso utilizado a serviço dos interesses locais. A força pública deslocada para Macaúbas, composta por praças, tenentes, comandantes foi denunciada em vários artigos da imprensa, em correspondências e outros meios, por práticas violentas contra cidadãos comuns, ataques às propriedades e perseguições durante a sindicância na vila.

Operaram-se, portanto, dois perfis de violência: um primeiro ligado as próprias lutas políticas entre os grupos partidários, e um segundo tipo que contempla práticas institucionalizadas. Os delegados, tenentes, oficiais e as forças de linha eram autorizados pelas autoridades e tinha prerrogativas legais para realizar sindicâncias, interrogatórios e outras práticas, contudo as denúncias apontavam para abusos das prerrogativas constituídas.

Considerações finais

A manutenção da ordem e tranquilidade foi sempre um objetivo a ser seguido no Império do Brasil. Os esforças para tal intento partiam desde o Imperador até o chefe local. Não obstante, muitos daqueles que eram desejosos desse objetivo se envolviam nas mais diversas subversões do quadro desejado. Esse aspecto expõe o cerne da vida política no Brasil oitocentista, pois revela as ambiguidades de um sistema político calcado em indefinições partidárias, relações clientelísticas e controvérsias ideológicas.

Os líderes locais viviam em sobressalto, estavam a todo tempo lidando com os dilemas de suas inserções na estrutura imperial, lutavam por um espaço nesta, seja por meio da efetivação de alianças locais, provinciais e até no governo central, seja por meio do recurso a violência. Para aqueles que já estavam inseridos na estrutura imperial, cabia defender o terreno, também lidando com os meios apontados para os primeiros. De qualquer maneira, ter cargos na estrutura imperial significava ter poder político local, desencadeando a possibilidade de arregimentar prerrogativas locais e se isso se efetivasse sonhar com a inserção nos quadros políticos provinciais.

Esse tipo de perspectiva aponta como, para os chefes locais, reclamar alguma insígnia partidária, seja conservadora, seja liberal, adquirem grande significado. As conotações particulares que assumem as legendas partidárias no plano local demonstram a estruturação da política no Império do Brasil e a maneira como se construiu uma relação duradoura entre as elites locais e o governo central.

Referências

Fontes:

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB – Seção Colonial e Provincial. Série Juízes – Urubu (1878-1880), 23 de maio de 1878. Maço 2624.

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB – Seção Colonial e Provincial. Série Justiça – Macaúbas (1877-1889). 11 de julho de 1878. Maço 2465.

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB – Seção Colonial e Provincial. Série Juízes – Urubu (1878-1880), 19 de agosto de 1878. Maço 2624.

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB – Seção Colonial e Provincial. Série Juízes – Urubu (1878-1880), 26 de setembro de 1878. Maço 2624.

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB. Seção Provincial e Colonial. Série: Juízes: Carinhanha (1875 - 1882). Maço 2341.

BN: A Reforma, 12 de abril de 1878, Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226440&pasta=ano%20187&pesq=Macahubas – Acesso em: 11/07/2017

BN: Correio da Bahia, 12 de abril de 1878. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=303488&pasta=ano%20187&pesq=Macahubas> – Acesso em: 11/07/2017

Center For ResearchLibrartes: *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira*, 1878, p.20. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1871/000001.html> Acesso em: 11/07/2017

Center For ResearchLibrartes: *Relatório de Inocêncio Maria de Almeida. In: Relatório do Presidente da Província Barão Homem de Melo*, 25 de novembro de 1878. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u075/000032.html> - Acesso em: 13/07/2017.

Center for ResearchLibraries: *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas*, 1879. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1873/000002.html> - Acesso em: 13/07/2016.

Código Criminal do Império do Brasil. Recife: Typographya Universal, 1858. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221763> - Acesso em: 14 de julho de 2017.

Código de Processo Criminal. LEI Nº 261, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm - Acesso em 13/07/2017

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem. A elite Política Imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSER, Ivo. O conceito de Partido no debate político brasileiro 1820-1924: continuidades e rupturas. *Ler história* | N.º 67 | 2015 | pp. 25-45.

_____. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. Salvador: *CADERNO CRH*, v. 18, n. 44, p. 237-248, Maio/Ago. 2005.

FIGUEIREDO. Alan José A. *O capitão que desafiou o Império*. Caetité: Globo, 2013.

FRANCO. Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata.* São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

GRAHAN, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LEVI, Lúcio. Verbete: Governo. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MAGALHAES, Carlos Fernando Filgueiras de. *Sociedade Filarmônica 13 de junho: 100 anos de tradição e cultura*. Goiânia: Editora Vieira, 2006.

SILVA, Rafael Sancho C. *E de mato faria fogo":* O banditismo no sertão do São Francisco, 1848 -1884. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de mestrado)

SOUZA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1862.